

de 16 de Novembro de 2007, reconheço a Fundação Escola Profissional de Setúbal.

27 de Março de 2009. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Jorge Lacão Costa*.

7912009

Despacho n.º 9799/2009

Nos termos do n.º 2 do artigo 158.º do Código Civil e do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 284/2007, de 17 de Agosto, bem como ao abrigo do despacho de delegação de competências n.º 26 269/2007, de 12 de Novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 221, de 16 de Novembro de 2007, reconheço a Fundação Maria Dias Ferreira.

27 de Março de 2009. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Jorge Lacão Costa*.

7922009

Despacho n.º 9800/2009

Nos termos do n.º 2 do artigo 158.º do Código Civil e do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 284/2007, de 17 de Agosto, bem como ao abrigo do despacho de delegação de competências n.º 26 269/2007, de 12 de Novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 221, de 16 de Novembro de 2007, reconheço a Fundação Vox Populi.

27 de Março de 2009. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Jorge Lacão Costa*.

7892009

Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto

Despacho n.º 9801/2009

A Associação Portuguesa de Corridas de Aventura, filiada na Federação Portuguesa de Orientação, organizará, no próximo mês de Novembro de 2009, a Final do Campeonato do Mundo de Corridas de Aventura (Adventure Race World Championship 2009).

O evento acima referido constitui uma das mais relevantes organizações internacionais em matéria de corridas de aventura, com uma distância aproximada de 900 km, cerca de cento e vinte horas de prova em formato *non-stop*, prevendo-se a participação de um máximo de 80 equipas (com quatro elementos por equipa, dos quais um obrigatoriamente feminino), sendo prevista uma ampla cobertura televisiva a nível nacional e internacional.

Assim, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 46.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro, Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto, reconheço como sendo de interesse público o evento desportivo acima referido.

31 de Março de 2009. — O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, *Laurentino José Monteiro Castro Dias*.

7762009

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL.

Despacho n.º 9802/2009

Considerando a criação da figura de controlador financeiro pelo Decreto-Lei n.º 33/2006, de 17 de Fevereiro;

Atendendo a que os controladores financeiros devem ser afectos a áreas ministeriais de actuação;

Tendo ainda em conta os requisitos estipulados pelo artigo 9.º do citado decreto-lei quanto à nomeação de controladores financeiros;

Considerando, por último, a necessidade de proceder à nomeação de um novo controlador financeiro do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, em virtude da cessação de funções do anterior titular do cargo, determina-se:

1 — É nomeado para exercer funções de controlador financeiro do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 33/2006, de 17 de Fevereiro, o licenciado José Albano da Silva Santos.

2 — A presente nomeação fundamenta-se nas competências académicas e na experiência profissional do nomeado, relevantes para o sector

em que irá exercer funções, tal como atesta o respectivo *curriculum vitae*, publicado em anexo ao presente despacho e que deste faz parte integrante.

3 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 16 de Março de 2009, sendo feita pelo prazo de um ano, sem prejuízo da possibilidade da renovação deste mandato, nos termos legais.

1 de Abril de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Síntese do *curriculum vitae* de José Albano da Silva Santos

Data e local de nascimento: 29 de Março de 1948; Amoreira (Óbidos);

Formação académica: Licenciatura em Economia, pelo Instituto Superior de Economia, em 1973, com média final de 15 valores.

Ações de formação profissional:

a) Diversos estágios sobre análise de rendimentos, designadamente nos Estados Unidos da América (*General Accounting Office*) e, sob o patrocínio da OCDE, em França (v. g., Insee, Cepremap, Ministère de l'Économie et du Budget) e no Reino Unido (v. g., Institut of Economic and Social Research, Centre for Labor Economics).

b) Diversos estágios, no âmbito da OCDE, sobre evasão fiscal e economia subterrânea, designadamente no BIT (Genebra), no Centro Studi Investimenti Sociali (Roma), no Centre d'Études Travail et Société da Universidade de Paris IX, no Laboratoire d'Économie Sociale da Universidade de Paris I, na Maison des Sciences de l'Homme (Paris), no INSEE e no CNRS (Lyon).

Actividade profissional:

1 — Funções actuais:

a) Técnico Superior do GPEARI do Ministério das Finanças e da Administração Pública;

b) Docente Universitário (cadeira de Economia Pública do ISCSP-UTL).

2 — Algumas funções precedentes:

a) Controlador Financeiro do Ministério da Saúde (nomeado por Despacho n.º 306/2006 do Primeiro-Ministro, do Ministro das Finanças e da Administração Pública e do Ministro da Saúde, publicado no *Diário da República* de 3 de Abril de 2006);

b) Secretário-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação (nomeado por Despacho conjunto n.º 965/2003 do PM e do MOPH, publicado no *Diário da República*, de 8 de Outubro de 2003);

c) Auditor de Defesa Nacional (CDN 2003);

d) Adjunto do Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores (nomeado por Despacho n.º 30/MR/91 daquele Ministro, publicado no *Diário da República* de 10 de Maio de 1991);

e) Vogal da Comissão de Revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas;

f) Vogal da Comissão de Reforma da Tributação do Património (Conselho Superior de Finanças), nomeado por Despacho n.º 6122/97 (2.ª série) do Ministro das Finanças, publicado no *Diário da República* de 19 de Agosto de 1997);

g) Prelector do curso de Estudos Avançados de Administração Pública ministrado no Instituto Nacional de Administração;

h) Assistente convidado do ISEG, onde foi, durante vários anos, encarregado da regência da cadeira de Finanças Públicas;

i) Assessor do Ministro das Finanças;

j) Consultor principal do Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas (Ministério das Finanças);

k) Membro da Equipa de Auditoria de Gestão (nomeado por Despacho Conjunto n.º A-149/89-XI do Primeiro-Ministro e do Ministro das Finanças, publicado no *Diário da República* de 16 de Agosto de 1989);

3 — Alguns trabalhos publicados:

a) *Teoria Fiscal*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, UTL, Lisboa, 2003;

b) O Défice Orçamental — Ainda e Sempre? *Nova Cidadania*, Ano IV, n.º 14, Out./Dez. de 2002;

c) Sistemas Fiscais: Análise Normativa, *Ciência e Técnica Fiscal*, n.º 388, Out.-Dez. de 1997.

d) (em colaboração com H. Medina Carreira), *Contas Públicas e Despesas Sociais: Evolução Recente e Previsão para 1995-2010*, Fórum Social, 1996.

e) *Sinopse da Economia Açoriana*, Edições ASA, 1995.

f) O Modelo de Baumol e o Crescimento do Sector Público, *Estudos de Economia*, VIII, n.º 1, 1987;

g) A Lei de Wagner e a Realidade das Despesas Públicas, *Estudos de Economia*, VI, n.º 2, 1986;

h) A Evolução das Despesas Públicas em Portugal, *Estudos de Economia*, IV, n.º 3, 1984.

i) *A Economia Subterrânea*, Col. “Estudos”, Série A, n.º 4, MTSS, 1983. 201642886

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Despacho n.º 9803/2009

1 — Nos termos do disposto nos artigos 19.º e 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 128/2007, de 27 de Abril, é nomeado o licenciado Pedro Miguel Magalhães Ribeiro para o cargo de vogal do conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça (IGFIJ, IP).

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Abril de 2009.

31 de Março de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Nota biográfica

Pedro Miguel Magalhães Ribeiro.
Nascido em 1973, tem actualmente 36 anos.

Actividade académica

Licenciado em Economia pela Universidade Lusíada de Lisboa, com especialização em Economia Internacional (2000).

Pós-graduado em Cidade, Território e Requalificação pelo ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa), prepara a dissertação em Competitividade Territorial para se propor à obtenção do grau académico de mestre (2003).

Formação em inglês pela Cambridge School (2008).

Actividade profissional

Adjunto do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça do XVII Governo Constitucional (desde 2007).

Vice-presidente da Câmara Municipal do Cartaxo (2002-2006) e vereador (1998-2008).

Vogal não-executivo do conselho de administração da RESIURB — Associação Intermunicipal de Gestão de Resíduos (2000-2007).

Vogal não-executivo da direcção da ARTEMREDE, Teatros Associados da Região de Lisboa e Vale do Tejo (2002-2006).

Quadro do BBVA, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria:

Direcção Financeira (Departamento de *Back-Office*) (1999-2000); Direcção de Meios (Departamento Internacional) (1997-1998);

Direcção Financeira (Departamento de Controlo de Gestão) (1996).

Técnico da Direcção Comercial (Departamento de Marketing) da Renault (1995).

Actividades sociais

Presidente do conselho geral da RUMO 2020, EM (2006-2008). Presidente da assembleia geral da Caminhos do Campo, S. A. (2006-2007). Presidente do conselho fiscal do IDERSANT — Instituto de Desenvolvimento Empresarial da Região de Santarém (2005-2008).

Membro do conselho geral da ECOLEZÍRIA, EIM (2005-2007). Dirigente da Associação Portuguesa de Paramiloidose (desde 2003).

Vogal do NEEGUL (Núcleo de Estudantes de Economia e Gestão da Universidade Lusíada) no Departamento de Pesquisa & Desenvolvimento (1993-1995)

Actividade docente/conferências

Docente do Curso de Gestão Municipal do Instituto Nacional de Administração, em Cabo Verde, no âmbito do Programa de Cooperação da Comissão Europeia PIR-PALOP (2005).

Comunicações apresentadas em seminários nos domínios da economia urbana, finanças públicas, competitividade territorial e desenvolvimento sustentável (2000-2008).

Publicações

Manual de Gestão Municipal PALOP, INA, Oeiras (em co-autoria com o Prof. Doutor Rogério Roque Amaro), 2005.

Autor regular de artigos sobre economia, política, cultura e sociedade em diversos jornais e revistas especializadas (desde 1995).

201643574

Despacho n.º 9804/2009

1 — Nos termos do disposto nos artigos 19.º e 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 128/2007, de 27 de Abril, é nomeado o licenciado Fernando Manuel Fernandes Alves para o cargo de vogal do conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça (IGFIJ, I. P.)

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Abril de 2009.

31 de Março de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Curriculum vitae

(resumo)

1 — Fernando Manuel Fernandes Alves nasceu em Valença, Distrito de Viana do Castelo, em 7 de Outubro de 1956.

2 — Licenciou-se em Economia (1980 — 1985) pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica e concluiu a componente escolar do Mestrado em Economia Aplicada (1994 — 1995) da Universidade Nova de Lisboa.

3 — Possui formação complementar, designadamente Pós-graduação em Finanças Internacionais/Finanças Europeias (Centro de Estudos para o Desenvolvimento Internacional), curso de Gestão Estratégica de Projectos (Instituto Nacional de Administração), Curso sobre Mercados Financeiros Internacionais (CISEF — Centro de Investigação sobre Economia Financeira do Instituto Superior de Economia/Universidade Técnica de Lisboa), curso de Econometria Aplicada (Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa e Ministério das Finanças) e curso de Formação SIADAP (Instituto Nacional de Administração).

4 — É Economista Assessor Principal do Ministério das Finanças e representou o Ministério das Finanças externamente (União Europeia e OCDE) e internamente (Conselho Superior de Estatística do INE). Desempenhou diversos cargos públicos: Subdirector do Teatro Nacional de S. Carlos, Vogal do Conselho de Administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, Director da Direcção de Serviços de Investimento do Sector Público Administrativo (PIDDAC), Secretário-Geral Adjunto do Ministério da Economia e da Inovação e Controlador Financeiro junto do Ministério da Justiça. Nos cargos de gestão foi sempre responsável pela área económica e financeira.

5 — Foi Adjunto da Secretária de Estado do Orçamento, representante do Ministro de Estado e das Finanças no Conselho de Orientação do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e Presidente da Comissão de Fiscalização do Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos (CENTIMFE). Participou nas reuniões do Conselho Coordenador do Sistema de Controlo Interno (SCI) da Administração Financeira do Estado.

6 — Foi Assistente Convidado no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (UTL) e Professor na Universidade Lusíada com regência das cadeiras de Economia, Política Monetária e Financeira, Economia Portuguesa e Análise de Projectos de Investimento. Actualmente lecciona as cadeiras de Macroeconomia e Economia Monetária no Instituto Superior de Gestão Bancária (Associação Portuguesa de Bancos). Foi formador na área da gestão financeira de empresas (Contabilidade Financeira, Contabilidade de Custos, Gestão Financeira, Políticas de Financiamento e Avaliação das Decisões de Investimento e Sistemas de Informação Financeira para Apoio à Decisão).

7 — Publicou trabalhos na área do mercado cambial e gestão do risco de câmbio, financiamento da Segurança Social e Macroeconomia.

8 — Interveio como orador e apresentou comunicações: II.ª Conferência do CISEP — Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa/Instituto Superior de Economia, 1.º Encontro/96 do INDEG/ISCTE — Instituto Superior do Trabalho e da Empresa e Universidade Lusíada.

9 — Frequentou diversas acções de formação permanente na área económica e financeira.

201643396

Despacho n.º 9805/2009

1 — Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20.º, conjugado com o n.º 3 do artigo 19.º, ambos da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na re-